

Licões em Casa

JORNAL DO BRASIL

17 AGO 1993

17 AGO 1993

O Brasil completa seu décimo terceiro ano de crise econômica, arrastado pela falência fiscal do setor público, mas o dado mais surpreendente é que o setor privado apresenta ótimo nível de liquidez, com o menor índice de endividamento dos últimos 20 anos. Isso foi feito em meio à recessão e à custa de doloroso ajustamento, implicando reciclagem, demissões e aumento da eficiência e da produtividade.

O endividamento baixo deveria ser um convite para as empresas privadas retomarem os investimentos, quando o país começa a vencer a recessão. Entretanto, como o setor público ainda não se ajustou — continua a produzir déficits fiscais e a drenar recursos para financiar o déficit, com o atrativo de altos juros — as empresas capitalizadas preferem lucrar aplicando no mercado financeiro, sem correr os riscos da instabilidade econômica sobre os investimentos na produção.

Segundo o professor de finanças internacionais da USP, Stephen Kanitz, responsável pela análise e seleção das 500 principais empresas do país, na edição anual da revista *Exame*, o nível médio de endividamento das empresas mais importantes do país baixou em um quarto desde 1973. Em relação ao auge da crise gerada pelos efeitos da alta internacional do petróleo, em 1977, as empresas reduziram o endividamento interno de um terço, numa prova de enorme esforço saneador.

Há uma relação direta entre a queda do endi-

vidamento e a eclosão da crise da dívida externa em 1982: com o fechamento do mercado de empréstimos bancários voluntários ao Brasil, até as grandes empresas perderam as facilidades do crédito externo, cujo custo mais baixo do que o dos juros internos permitiam aumentar a margem de lucro.

O saneamento das finanças públicas prometido pelo ministro Fernando Henrique Cardoso não é apenas a garantia da estabilidade econômica, que funciona como o estímulo maior à retomada dos investimentos privados, que se dá paralelamente à queda dos juros internos, pela menor pressão do endividamento público. Ele pode abrir, através da atração de investimentos de risco dos fundos de pensão do Primeiro Mundo, um novo e quase inesgotável filão — pela proporção entre recursos disponíveis e o tamanho da economia brasileira — de financiamento não inflacionário para o desenvolvimento da economia brasileira.

Poucos países exibem o potencial de crescimento do Brasil. Mas, para esse potencial se materializar não basta o Brasil estabilizar a sua economia. É indispensável que avancem as reformas do Estado, que têm a privatização como mola-mestra, e as medidas de abertura da economia à livre movimentação de mercadorias e capitais, o ambiente ao qual os fundos de pensão estão acostumados e preferem investir.